

**MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

CONCURSO PÚBLICO 2011

CADERNO DE QUESTÕES

Nível Superior - Analista Área Processual



GABARITO

A

REALIZAÇÃO:



UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS MATEMÁTICAS E DA NATUREZA



Fundação Universitária
José Bonifácio

LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO 1

“O dia 12 de junho é reservado ao combate ao Trabalho Infantil. A data, designada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 2002, e endossada pela legislação nacional, Lei n. 11.542, em 2007, visa chamar a atenção das diferentes sociedades para a existência do trabalho infantil, sensibilizando todos os povos para a necessidade do cumprimento das normas internacionais sobre o tema, em especial as Convenções da OIT 188, de 1973, e 182, de 1999, que tratam, respectivamente, da idade mínima para o trabalho e as piores formas de trabalho infantil.

(Trabalho infantil, Marcelo Uchôa)

01. A primeira frase do texto 1 encontra-se na voz passiva; a preferência pela construção de voz passiva, nesse caso, permite ao autor do texto:

- (A) situar a ação no passado recente;
- (B) evitar a identificação do autor da ação;
- (C) tornar o texto mais formal;
- (D) iniciar a frase por uma circunstância de tempo;
- (E) atribuir ao sujeito o papel de agente.

02. Depreende-se do texto 1 que o dia 12 de junho:

- (A) é data marcada pela OIT para a comemoração da existência do trabalho infantil;
- (B) pretende ser identificado como o dia em que se começou a combater o Trabalho Infantil;
- (C) assinala a preocupação brasileira com a existência do trabalho infantil em suas piores formas;
- (D) indica uma data simbólica para que os povos despertem para os problemas decorrentes do trabalho infantil;
- (E) foi criado pela legislação brasileira, com o apoio da OIT, para que se combatam os males do trabalho infantil.

03. A oração reduzida de gerúndio “sensibilizando todos os povos para a necessidade do cumprimento das normas internacionais” tem valor de:

- (A) modo;
- (B) consequência;
- (C) meio;
- (D) finalidade;
- (E) causa.

04. Infere-se do que é lido no texto 1 que:

- (A) as convenções da OIT não foram observadas no Brasil;
- (B) a convenção 188 da OIT aborda as piores formas do trabalho infantil;
- (C) a partir da data de 12 de junho o trabalho infantil foi regulamentado;
- (D) o trabalho infantil foi universalmente proibido;
- (E) a legislação brasileira sobre trabalho infantil seguiu a da OIT.

05. Entre os pares abaixo, aquele que permite normalmente inversão de termos com modificação de significado é:

- (A) legislação nacional;
- (B) diferentes sociedades;
- (C) trabalho infantil;
- (D) normas internacionais;
- (E) piores formas.

06. O texto 1 já permite sua inserção entre os textos de tipo:

- (A) narrativo;
- (B) descritivo;
- (C) dissertativo expositivo;
- (D) dissertativo argumentativo;
- (E) injuntivo.

TEXTO 2

“Segundo estimativa da OIT, 71 milhões de crianças da faixa etária do ensino fundamental e médio em todo mundo não estão matriculadas nas escolas, logo, teoricamente, imersas no labor. No Brasil, o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil afirma que trabalham 4,3 milhões de crianças e adolescentes, de 5 a 17 anos, sendo que 900 mil na faixa de 5 a 14 anos, e 123 mil na faixa de 5 a 9 anos, ou seja, abaixo da idade de 16 anos prevista como mínima para o trabalho, segundo o art. 7º, XXXIII, da Constituição de 1988. Segundo o Fórum, o Censo Nacional de 2010 registrou que 132 mil crianças de 10 a 14 anos são provedoras de suas famílias, portanto, responsáveis pelos seus sustentos”.

07. “Segundo estimativa da OIT, 71 milhões de crianças da faixa etária do ensino fundamental e médio em todo mundo não estão matriculadas nas escolas”; a forma de reescrever-se essa frase que altera o seu sentido original é:

- (A) segundo estimativa da OIT, em todo mundo não estão matriculadas nas escolas 71 milhões de crianças da faixa etária do ensino fundamental e médio;
- (B) setenta e um milhões de crianças da faixa etária do ensino fundamental e médio em todo mundo não estão matriculadas nas escolas, segundo estimativa da OIT;
- (C) segundo estimativa da OIT, 71 milhões de crianças da faixa etária do ensino fundamental e médio não estão matriculadas nas escolas, em todo mundo;
- (D) em todo mundo, segundo estimativa da OIT, 71 milhões de crianças da faixa etária do ensino fundamental e médio não estão matriculadas nas escolas;
- (E) segundo estimativa, em todo mundo, da OIT, 71 milhões de crianças da faixa etária do ensino fundamental e médio não estão matriculadas nas escolas.

08. “Segundo o Fórum, o Censo Nacional de 2010 registrou que 132 mil crianças de 10 a 14 anos são provedoras de suas famílias, portanto, responsáveis pelos seus sustentos”.

A forma de reescrever-se esse segmento do texto em que houve alteração de sentido é:

- (A) o Fórum divulgou que, de acordo com o Censo Nacional de 2010, 132 mil crianças de 10 a 14 anos arcam com a responsabilidade de sustentarem suas famílias;
- (B) pelo Censo Nacional de 2010, registra o Fórum, a responsabilidade de prover suas famílias recai sobre 132 mil crianças em idades compreendidas entre 10 e 14 anos;
- (C) segundo o Fórum, 132 mil crianças de 10 a 14 anos, pelos dados divulgados no Censo Nacional de 2010, são provedoras de suas famílias, entretanto, responsáveis pelo seu sustento;
- (D) foi indicado pelo Censo Nacional de 2010 e divulgado pelo Fórum o registro de 132 mil crianças de 10 a 14 anos responsáveis pelo sustento de suas famílias;
- (E) o Censo Nacional de 2010 registrou que 132 mil crianças de 10 a 14 anos sustentam suas famílias, de acordo com o Fórum.

9. A alternativa em que a explicação do segmento destacado NÃO está adequada é:

- (A) “Segundo estimativa” = de acordo com avaliação matemática precisa;
- (B) “imersas no labor” = envolvidas pelo mundo do trabalho;
- (C) “faixa etária” = faixa de idades cronológicas;
- (D) “erradicação do trabalho infantil” = eliminação completa do trabalho infantil;
- (E) “teoricamente” = conjeturalmente.

10. “trabalham 4,3 milhões de crianças e adolescentes”; a frase abaixo que apresenta forma correta de concordância nominal ou verbal é:

- (A) trabalha 1,3 milhões de crianças e adolescentes;
- (B) trabalha 1,3 milhão de crianças e adolescentes;
- (C) trabalham 1,3 milhão de crianças e adolescentes;
- (D) trabalham 2,3 milhão de crianças e adolescentes;
- (E) trabalha 2,3 milhões de crianças e adolescentes.

11. Observe as três formas equivalentes de frases do texto:

- I. 71 milhões de crianças não estão matriculadas = 71 milhões de crianças não se matricularam.
- II. 132 mil crianças são provedoras de suas famílias = 132 mil crianças provêm de suas famílias.
- III. 132 mil crianças são responsáveis pelos seus sustentos = 132 mil crianças responsabilizam-se por seus sustentos.

A forma ou formas que conserva(m) o sentido do segmento original é (são):

- (A) I, II e III;
- (B) apenas I e II;
- (C) apenas I e III;
- (D) apenas II e III;
- (E) apenas III.

TEXTO 3

“A Convenção 182 da OIT estipula como piores formas de trabalho infantil a utilização de crianças em escravidão, em trabalhos forçados, no tráfico, em servidão por dívida, em exploração sexual, em pornografia, no recrutamento militar e em conflitos armados. No país, a mobilização social tem se focado no combate ao trabalho infantil doméstico, nas ruas, no lixo e com o lixo, e na agricultura, com especial enfoque sobre aqueles expostos a agrotóxicos”.

12. Procurando explicar o que sejam as piores formas de trabalho infantil, pode-se definir o texto 3 como:

- (A) exortativo;
- (B) metalinguístico;
- (C) argumentativo;
- (D) discriminador;
- (E) manipulador.

13. No texto 3, encontramos várias palavras grafadas com a letra X. A opção em que a letra X está empregada erradamente é:

- (A) exceção;
- (B) máximo;
- (C) exílio;
- (D) exímio;
- (E) mixto.

14. A alternativa em que a troca de uma forma nominal por uma verbal está INADEQUADA é:

- (A) “a utilização de crianças” = utilizar crianças;
- (B) “a servidão por dívida” = servir por dívida;
- (C) “a exploração sexual” = explorar o sexo;
- (D) “a mobilização social” = imobilizar a sociedade;
- (E) “o combate ao trabalho infantil” = combater o trabalho infantil.

15. Considerando a sequência dos textos 1, 2 e 3, podemos dizer que ela se realiza:

- (A) do passado para o presente;
- (B) do positivo para o negativo;
- (C) do nacional para o regional;
- (D) do geral para o particular;
- (E) das partes para o todo.

16. A alternativa em que o termo destacado tem seu referente anterior no texto identificado ERRADAMENTE é:

- (A) “...com especial enfoque sobre **AQUELES** expostos a agrotóxicos” – texto 3 – trabalhos;
- (B) “...a necessidade de cumprimento das normas internacionais sobre **O TEMA**,...” – texto 1 – trabalho infantil;
- (C) “...**QUE** tratam, respectivamente, da idade mínima para o trabalho...” – texto 1 – normas;
- (D) “...são provedoras de **SUAS** famílias...” – texto 2 – crianças;
- (E) “...responsáveis pelos **SEUS** sustentos” – texto 2 – famílias.

17. A alternativa em que o termo destacado funciona como agente (e não como paciente) do termo anterior é:

- (A) “combate **AO TRABALHO INFANTIL**” – texto 1;
- (B) “necessidade **DE CUMPRIMENTO DAS NORMAS**” – texto 1;
- (C) “Erradicação **DO TRABALHO INFANTIL**” – texto 2;
- (D) “responsáveis **PELOS SEUS SUSTENTOS**” – texto 2;
- (E) “A Convenção **DA OIT**” – texto 3.

18. “...combate ao trabalho infantil doméstico, nas ruas, **NO LIXO e COM O LIXO**, e na agricultura...” (texto 3)

Os dois termos destacados indicam, respectivamente:

- (A) lugar e meio;
- (B) meio e companhia;
- (C) modo e finalidade;
- (D) finalidade e lugar;
- (E) modo e companhia.

TEXTO 4

“Os signatários da OIT, dentre eles o Brasil, estipularam erradicar todas as formas de trabalho infantil até 2016, mas muito há de ser feito para que este prazo seja cumprido. No país, as ações públicas têm buscado sinergia com os esforços de mobilização social de combate a estas nefastas práticas, e, em especial no Ceará, a Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) tem se preocupado com a temática, não apenas se somando às iniciativas de mobilização social, via campanhas sistemáticas de conscientização, bem como agindo diretamente no combate ao problema, através da articulação de programas nacionais como o PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, e outros projetos locais como o Primeiro Passo e o Jovem Aprendiz em Serviço, ambos voltados à formação adequada de jovens segundo suas faixas etárias”.

19. “Se Governo e Sociedade _____ os projetos atuais e se _____ a criar mais programas para a erradicação do trabalho infantil, certamente _____ o resultado que pretendem”. As lacunas da frase podem ser preenchidas, correta e respectivamente, pela seguinte alternativa é:

- (A) mantiverem – dispuserem – obterão;
- (B) manterem – disporem – obterão;
- (C) manterem – disporem – obteram;
- (D) manter – dispor – obterão;
- (E) manter – dispor – obteram.

20. Na palavra ERRADICAR há um valor semântico de “movimento para fora”. A palavra abaixo em que se repete esse mesmo valor é:

- (A) eclipse;
- (B) êxodo;
- (C) embarcar;
- (D) ilegal;
- (E) discordar.

21. No segmento “combate a estas nefastas práticas”, a preposição A foi empregada por necessidade de regência do termo “combate”. A alternativa abaixo em que a preposição foi empregada de forma INCORRETA é:

- (A) selecione o trabalho de que mais gosta;
- (B) escolha o filme a que pretende assistir;
- (C) mencione a rua a que reside;
- (D) mostre-me a pesquisa por que se interessou;
- (E) declame a poesia que mais goste de ler.

22. Entre os adjetivos qualificadores dos substantivos do texto 4 destacados abaixo, aquele que tem valor subjetivo é:

- (A) trabalho infantil;
- (B) ações públicas;
- (C) mobilização social;
- (D) jovem aprendiz;
- (E) nefastas práticas.

23. “No país, as ações públicas têm buscado sinergia com os esforços de mobilização social de combate a estas nefastas práticas...”; a forma verbal “têm buscado” indica uma ação que:

- (A) principiou e terminou no passado;
- (B) ocorreu no passado antes de outra ação passada;
- (C) se realiza no futuro próximo;
- (D) começou no passado e continua no presente;
- (E) se repete no presente e se prolonga ao futuro.

24. “a Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) tem se preocupado com a temática, **NÃO APENAS** se somando às iniciativas de mobilização social, via campanhas sistemáticas de conscientização, **BEM COMO** agindo diretamente no combate ao problema, através da articulação de programas nacionais como o PETI”; os conectores destacados nesse segmento do texto 4 têm valor de:

- (A) comparação;
- (B) modo;
- (C) adição;
- (D) concessão;
- (E) meio ou instrumento.

25. “No país, as ações públicas têm buscado sinergia com os esforços de mobilização social...”; esse segmento quer dizer que as ações públicas têm buscado:

- (A) cooperação;
- (B) comparação;
- (C) recursos financeiros;
- (D) energia;
- (E) motivação.

26. Os textos 1 a 4 apresentam um conjunto de siglas; a alternativa que mostra uma sigla cuja formação difere das demais é:

- (A) STDS (texto 4);
- (B) PETI (texto 4);
- (C) OIT (texto 1);
- (D) GAPA (Texto 5);
- (E) AIDS (texto 5).

TEXTO 5

Para que mais uma morte de pobre não vire estatística

Eliane Brum – Revista Época


Bocão morreu. Tinha esse apelido por causa do sorriso largo, que dava vontade de rir com ele. Por que Bocão ria? Não sei. Por teimosia, talvez. Ou porque sabia que a expectativa de vida dele era de menos da metade da média dos brasileiros e já nascera com menos dias de riso. Bocão tinha ainda outros dois nomes: o do registro, Alexsandro Rocha da Silva, e o do rap ligado ao Grupo de Apoio à Prevenção da Aids (GAPA), MC Alex. Ele fugiu de casa aos 7 anos para morar nas ruas de Porto Alegre porque o padrasto batia na mãe. E ele bateu no padrasto. E o padrasto bateu nele. História comum entre as crianças e adolescentes das ruas do Brasil. Morreu neste final de maio de uma doença oportunista da AIDS, empurrado de um hospital a outro. Foi enterrado pelo pai que o procurava – e o encontrou.


27. O título do texto 5 – para que mais uma morte de pobre não vire estatística – revela uma intenção de não permitir que a morte de Bocão passe despercebida e para isso:
- (A) narra a história de Bocão de forma a despertar pena;
 - (B) registra a morte de Bocão num texto jornalístico;
 - (C) protesta contra o serviço de saúde do Estado;
 - (D) exige providências para que outras mortes não ocorram;
 - (E) mostra a vida dura de muitos pobres em nosso país.
28. O apelido de Bocão, segundo o texto, tem valor:
- (A) pejorativo;
 - (B) irônico;
 - (C) dramático;
 - (D) afetivo;
 - (E) cômico.
29. A alternativa abaixo em que o termo destacado NÃO está empregada em função adjetiva é:
- (A) ruas **DE PORTO ALEGRE**;
 - (B) adolescentes **DAS RUAS**;
 - (C) fugiu **DE CASA**;
 - (D) crianças **DO BRASIL**;
 - (E) morte **DE POBRE**.


30. “Ele fugiu de casa aos 7 anos para morar nas ruas de Porto Alegre”; a forma de reescrever-se essa frase do texto que altera o seu sentido original é:
- (A) ele fugiu de casa, para morar nas ruas de Porto Alegre, aos 7 anos;
 - (B) aos 7 anos ele fugiu de casa para morar nas ruas de Porto Alegre;
 - (C) ele, para morar nas ruas de Porto Alegre, fugiu de casa aos 7 anos;
 - (D) aos 7 anos, para morar nas ruas de Porto Alegre, ele fugiu de casa;
 - (E) ele fugiu de casa, aos 7 anos, de Porto Alegre para morar nas ruas.
31. O texto 5 é basicamente narrativo pois:
- (A) relata uma sequência de fatos em ordem cronológica;
 - (B) conta uma história que é comum no Brasil;
 - (C) apresenta um personagem de quem fornece características;
 - (D) discute um problema social a partir de um fato;
 - (E) mostra preocupação com fatos do passado recente.
32. “Por que Bocão ria? Não sei”. Esse segmento do texto:
- (A) é desmentido na sequência do texto, pois o narrador mostra claramente o porquê de Bocão rir;
 - (B) indica que o narrador não é onisciente, pois declara desconhecer o motivo do riso do protagonista;
 - (C) mostra a preocupação do narrador de fornecer ao leitor todas as explicações sobre o personagem;
 - (D) traz implícita uma crítica ao modo marginal de viver do personagem;
 - (E) responde uma pergunta que é feita por um dos leitores ao narrador da história.
33. A opção em que houve uma substituição da forma verbal destacada por uma outra de valor equivalente é:
- (A) “Bocão **MORREU**”. = Bocão foi morto;
 - (B) “...já **NASCERA** com menos dias...” = já havia nascido com menos dias;
 - (C) “...que **DAVA** vontade de rir...” = que tinha dado vontade de rir;
 - (D) “**FOI ENTERRADO** pelo pai...” = Tinha sido enterrado pelo pai;
 - (E) “Bocão **TINHA** ainda outros dois nomes” = Bocão havia tido ainda outros dois nomes.

34. “Morreu neste final de maio de uma doença oportunista da AIDS, empurrado de um hospital a outro”; uma doença oportunista é aquela que:
- (A) surge de repente;
 - (B) desaparece sem deixar marcas;
 - (C) infecta o doente debilitado;
 - (D) difunde bactérias prejudiciais ao organismo;
 - (E) ataca órgãos vitais.
35. “E ele bateu no padrasto. E o padrasto bateu nele.”; entre as ações destes dois períodos há uma relação, assim caracterizada:
- (A) a segunda ação se soma à primeira;
 - (B) a primeira ação é causa da segunda;
 - (C) as duas ações se realizam simultaneamente;
 - (D) a primeira ação é consequência da segunda;
 - (E) as ações se alternam continuamente.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

36. Um internauta, quando está acessando um site por meio do browser Internet Explorer 8 BR, pode verificar se o acesso é seguro. Conexões seguras usam certificados para identificar o site da Web e para criptografar sua conexão, de forma que será mais difícil a um hacker vê-la. O acesso a sites seguros possuem duas características, a primeira pelo endereço do site que começa com uma sigla e a segunda por um cadeado  localizado numa determinada barra do Internet Explorer 8 BR. Essa sigla e localização são, respectivamente:
- A) HTTPS e não com HTTP / na barra de tarefas, à direita da barra de endereços;
 - B) WWWS e não com WWW / na barra status de segurança, à direita da barra de endereços;
 - C) HTTPS e não com HTTP / na barra status de segurança, à direita da barra de endereços;
 - D) WWWS e não com WWW / na barra de ícones de notificação, à direita da barra de tarefas;
 - E) HTTPS e não com HTTP / na barra de ícones de notificação, à direita da barra de tarefas.
37. Um funcionário do MP inseriu a tabela indicada na figura em um texto, no Word 2007 BR.

	<p>O Projeto MP na Escola pretende divulgar o Ministério Público entre os estudantes do ensino médio do Estado do Rio de Janeiro, para que as atribuições e a atuação da Instituição sejam conhecidas e divulgadas para as famílias e comunidades dos jovens atendidos pelo projeto. Você pode baixar para o seu computador o arquivo do Manual de Instruções, que é uma cartilha ilustrada, em formato de revista em quadrinhos, sobre o Ministério Público.</p>
--	--

Na célula da tabela que contém o texto, foi executado um tipo de alinhamento que pode ser executado por meio do atalho de teclado Ctrl + E ou por meio do acionamento do ícone . Para finalizar, esse funcionário pressionou a tecla F12, para salvar o texto digitado no disco rígido, com o nome MP_NA_ESCOLA. O alinhamento aplicado ao texto e o formato default empregado pelo Word no arquivo são, respectivamente:

- A) centralizado e docx;
- B) centralizado e pdf;
- C) justificado e docx;
- D) alinhado à esquerda e pdf;
- E) alinhado à esquerda e docx.

38. Ao utilizar um software do tipo WebMail que manipula e-mails, como o Gmail, um funcionário do Ministério Público deve procurar as mensagens recentes da internet, numa determinada caixa de correio. Paralelamente, ele pode enviar mensagens para um destinatário como cópia oculta, em que o espaço para inserção de e-mails possui uma identificação própria, além do que, no caso do envio da mensagem para várias pessoas, quem recebe não sabe da existência das demais. A caixa de correio e essa identificação são, respectivamente:

- A) de Mensagens e Cco:
- B) de Mensagens e Cc:
- C) de Entrada e Para:
- D) de Entrada e Cc:
- E) de Entrada e Cco:

39. A planilha abaixo foi criada no EXCEL 2007 BR. Nela, os dados mostrados nas colunas B, C, D e E foram digitados, enquanto que nas células de F5 a F7 foram utilizadas expressões, com base nas condições listadas a seguir.

- se a quantidade existente for inferior à mínima, na célula de situação deve ser mostrada a mensagem “REPOR”;
- se a quantidade existente for igual à mínima, na célula de situação deve ser mostrada a mensagem “ATENÇÃO”;
- se a quantidade existente for superior à mínima, na célula de situação deve ser mostrada a mensagem “SATISFATÓRIA”.

	A	B	C	D	E	F
1	MP 2011					
2						
3						
4		ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE		SITUAÇÃO
5		1	Impressora Multifuncional HP	2	3	REPOR
6		2	Disco rígido SATA 500GB	7	2	SATISFATÓRIA
7		3	Pendrive 8 GB Kingston	5	5	ATENÇÃO

A expressão inserida em F5 é:

- A) =SE(E5<D5;"SATISFATÓRIA";"ATENÇÃO";"REPOR")
- B) =SE(E5=D5?"SATISFATÓRIA"?"ATENÇÃO"?"REPOR")
- C) =SE(E5=D5;" SATISFATÓRIA";
SE(E5>D5;"ATENÇÃO";"REPOR))
- D) =SE(E5<D5;"SATISFATÓRIA";
SE(E5=D5;"ATENÇÃO"; "REPOR"))
- E) =SE(E5>D5?"SATISFATÓRIA"%
SE(E5<D5?" ATENÇÃO"%"REPOR"))

40. Um usuário criou a seguinte planilha no EXCEL 2007 BR.

	A	B	C	D	E	F	G
1							
2			9	7	0	3	1
3							
4			22	15	13	19	26
5							
6						5	
7						19	
8						4	

Nela, foram inseridas três expressões, com as características listadas a seguir.

- em F6, para determinar a média aritmética dos números 9, em C2, e 1, em G2.
- em F7, para determinar o 3º maior número dentre todos no intervalo de C4 a G4.
- em F8, para determinar a quantidade de células não vazias no intervalo de C2 a G2, que atendam à condição serem maiores ou iguais a 1 os números que aparecem nessas células.

As expressões inseridas em F6, F7 e F8 são respectivamente:

- A) =MED(C2:G2), =MAIOR(C4:G4;3) e
=CONT.SE(C2:G2;">=1")
- B) =MÉDIA(C2;G2), =MAIOR(C4:G4;3) e
=CONT.SE(C2:G2;">=1")
- C) =MÉDIA(C2;G2), =MAXIMO(C4:G4;3) e
=CONT.NÚM(C2:G2;">=1")
- D) =MÉDIA(C2:G2), =MAIOR(C4:G4;3) e
=CONT.NÚM(C2:G2;">=1")
- E) =MED(C2;G2), =MÁXIMO(C4:G4;3) e
=CONT.SE(C2:G2;">=1")

ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

41. Jonas, Promotor de Justiça, respondeu a procedimento administrativo disciplinar que resultou em arquivamento, por decisão transitada em julgado proferida por órgão colegiado, em grau recursal, que modificou a decisão anterior que lhe havia aplicado a sanção de suspensão.

Acerca do contexto fático acima, analise as afirmativas a seguir:

- I. de fato, inexistia a possibilidade de alteração da decisão de arquivamento, face à imutabilidade decorrente do trânsito em julgado;
- II. poderia eventual interessado, inconformado com a decisão de arquivamento, solicitar ao Conselho Nacional do Ministério Público a revisão de tal ato administrativo, mesmo que decorridos 06 (seis) meses do seu trânsito em julgado;
- III. o órgão colegiado que proferiu a decisão de arquivamento, no âmbito da estrutura administrativa do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, é o Conselho Superior do Ministério Público;
- IV. dada a natureza da sanção inicialmente aplicada ao Promotor de Justiça, de acordo com a Lei Complementar nº 106/03, teria esta sido imposta pelo Procurador-Geral de Justiça.

As afirmativas corretas são somente:

- A) I, II e III;
- B) I, III e IV;
- C) II e III;
- D) II e IV;
- E) III e IV.

42. Tício, Promotor de Justiça em exercício na Comarca A, declina de suas atribuições e remete determinado inquérito policial para a Promotoria de Justiça B, onde se encontra em exercício seu colega Ênio. Ao analisar os autos que lhe foram enviados, Ênio, por seu turno, entende que não detém atribuição para neles oficiar, alegando que, na realidade, o Promotor Natural para atuar na hipótese seria Tício.

Diante do contexto fático acima, é correto afirmar que:

- A) deveria Ênio instaurar conflito negativo de atribuições e remeter os autos ao Procurador-Geral de Justiça para dirimi-lo;
- B) deveria Ênio, por força de dever funcional expresso, devolver os autos a Tício, o qual submeteria o conflito ao Conselho Superior do Ministério Público;
- C) após dirimido o conflito pelo órgão competente, com a determinação da Promotoria de Justiça com atribuição para atuar na hipótese, poderá o Promotor de Justiça vencido em seu entendimento, invocando sua independência funcional, recusar-se a oficiar no inquérito policial em tela;
- D) caberia ao Conselho Superior do Ministério Público, após manifestação opinativa do Procurador-Geral de Justiça, solucionar o conflito de atribuições sob comento;
- E) no caso de conflito de atribuições entre órgãos do Ministério Público, a solução cabe ao Poder Judiciário, que determinará o órgão ministerial que atuará no caso concreto.

43. O Promotor de Justiça designado para determinado órgão de execução, durante o mês de janeiro, toma ciência pelo Diário Oficial da publicação de ato do Procurador-Geral de Justiça designando outro Promotor de Justiça para atuar em auxílio no mesmo órgão, exclusivamente para participar das Sessões Plenárias do Tribunal do Júri agendadas para o mês de janeiro.

Considerando a narrativa supra, é correto afirmar que:

- A) o ato do Procurador-Geral de Justiça viola o princípio do Promotor Natural, criando verdadeiro acusador de exceção, em flagrante contrariedade à Constituição;
- B) o Promotor de Justiça inicialmente designado, em defesa de suas prerrogativas, mediante recurso administrativo ao Conselho Superior do Ministério Público, poderá postular a reforma do ato do Procurador-Geral de Justiça;
- C) o ato do Procurador-Geral de Justiça é perfeitamente legal, desde que haja concordância expressa do Promotor de Justiça previamente designado;
- D) o ato do Procurador-Geral de Justiça é incondicionalmente legal, cabendo aos Promotores de Justiça o seu cumprimento;
- E) o ato do Procurador-Geral é passível de revisão pelo Conselho Nacional do Ministério Público, mercê de sua manifesta inconstitucionalidade.

44. Sobre as formas de provimento, de acordo com o disposto no Decreto nº 22479/79, é correto afirmar que:

- A) o aproveitamento é o retorno ao serviço do servidor público afastado por motivo de saúde ou incapacidade física;
- B) a recondução do servidor público enseja a respectiva indenização;
- C) a reintegração do servidor público, caso extinto o cargo anteriormente ocupado, importará na sua disponibilidade;
- D) a transferência do servidor importará na vacância do cargo que ocupava anteriormente;
- E) a readaptação necessariamente importa no provimento do servidor em outro cargo.

45. Acerca dos membros do Ministério Público em fase de estágio probatório é correto afirmar que:

- A) pelo período de três anos, estão sujeitos à aferição de seu desempenho através da supervisão exercida por membros do Colégio de Procuradores de Justiça;
- B) cabe ao Corregedor-Geral do Ministério Público a decisão final acerca do vitaliciamento;
- C) no caso de reincidência no cometimento de faltas disciplinares, estão sujeitos à sanção disciplinar de exoneração;
- D) no caso de não vitaliciamento, caberá recurso voluntário ao Órgão Especial do Colégio de Procuradores;
- E) o tempo anteriormente cumprido em estágio probatório para ingresso na carreira para ingresso em carreira jurídica congênere isenta o Promotor de Justiça de novo estágio para vitaliciamento na carreira ministerial.

46. Sobre os Princípios Institucionais do Ministério Público, analise as afirmativas a seguir:
- Segundo o Princípio da Unidade, sob o prisma orgânico e administrativo, podemos falar em unidade no que tange aos Ministérios Públicos dos Estados e ao seu congêneres da União.
 - É o Princípio da Unidade que legitima a atuação do Ministério Público Federal, junto aos Tribunais Superiores, nas ações ajuizadas pelos Ministérios Públicos Estaduais.
 - É o Princípio da Indivisibilidade que permite ao membro do Ministério Público, quando se fizer necessário, substituir outro, sem qualquer prejuízo ao exercício da atividade ministerial.
 - Ainda que os membros do Ministério Público assumam posições divergentes em relação ao mesmo fato, tal, à luz do Princípio da Independência Funcional, em nada afetará a unidade da Instituição.

Estão corretas somente as afirmativas:

- I e IV;
 - II e III;
 - I, II e III;
 - I, II e IV;
 - II, III e IV.
47. Hugo, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, em razão de episódio ocorrido durante viagem ao Estado de São Paulo, após regularmente indiciado pela prática de crime eleitoral, foi denunciado. De acordo com a prerrogativa de foro outorgada pela Constituição aos membros do *Parquet*, regulamentada pela Lei Complementar nº 106/03, Hugo será processado e julgado:
- pelo Superior Tribunal de Justiça;
 - pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;
 - pela Justiça Eleitoral;
 - pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro;
 - pela Justiça Federal.
48. Tício, Procurador de Justiça, após grave acidente automobilístico, não resistiu aos ferimentos e veio a falecer. Deixou sua esposa, um filho de 17 (dezesete) anos e outro de 22 (vinte e dois) – os dois estudantes universitários –, além de um irmão inválido.
- Considerando a disciplina conferida pela Lei nº 5.260/08, em especial no que se refere à pensão por morte, é correto afirmar que:
- o benefício será recebido pela esposa e os filhos, na mesma proporção;
 - cessará o pagamento do benefício destinado ao irmão mais velho quando de sua colação de grau, passando o respectivo valor a ser revertido, em igual proporção, à esposa e ao filho mais jovem;
 - o irmão inválido receberá parte do benefício, desde que comprovada a dependência econômica com o segurado;
 - o valor do benefício percebido pelos filhos, quando concluídos os respectivos cursos universitários, será revertido em favor da esposa do segurado;
 - o irmão inválido fará jus ao recebimento do benefício, desde que comprovada a sua dependência econômica com o segurado, todavia, após cessado o pagamento aos filhos e na mesma proporção do montante recebido pela esposa.

49. Sobre a atuação do Ministério Público perante a Justiça Eleitoral, é correto afirmar que:
- o Ministério Público Eleitoral é um ramo do Ministério Público da União;
 - ao atuar perante a Justiça Eleitoral, o Promotor de Justiça é investido no cargo de Promotor Eleitoral;
 - as atribuições do Ministério Público perante a Justiça Eleitoral são originariamente previstas na Lei Orgânica do Ministério Público da União;
 - os Procuradores de Justiça atuam perante a Justiça Eleitoral, notadamente no que se refere ao registro das candidaturas;
 - o Ministério Público Eleitoral goza de autonomia administrativa e financeira, assim como seus demais congêneres.
50. Sobre a investidura nos cargos de Procurador-Geral de Justiça e Corregedor-Geral do Ministério Público, é correto afirmar que:
- é inelegível para o cargo de Procurador-Geral de Justiça o Promotor de Justiça com mais de dez anos de carreira;
 - para fins de composição da lista tríplice na eleição para o cargo de Procurador-Geral de Justiça, o Colégio de Procuradores de Justiça, mediante voto obrigatório, plurinominal e secreto de seus membros, escolherá entre os concorrentes ao cargo;
 - é inelegível para o cargo de Corregedor-Geral do Ministério Público, o Promotor de Justiça com mais de vinte anos de carreira;
 - o Corregedor-Geral do Ministério Público será eleito pelo voto dos membros vitalícios da Instituição, para mandato de dois anos, permitida uma recondução;
 - o Procurador-Geral de Justiça que estiver concorrendo à reeleição, durante o período de desincompatibilização, será substituído pelo Subprocurador-Geral de Justiça mais antigo na classe.
51. Sobre o processo disciplinar destinado a apurar infrações administrativas dos membros do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, conforme disciplina a Lei Complementar nº 106/03, é correto afirmar que:
- será ordinário quando aplicáveis as sanções de suspensão, advertência e censura;
 - será conduzido por Comissão designada pelo Corregedor-Geral do Ministério Público, quando aplicável a pena de demissão;
 - será possível o afastamento provisório do imputado, mediante deliberação do Órgão Especial do Colégio de Procuradores;
 - será precedido de autorização do Conselho Superior do Ministério Público quando o imputado for Procurador de Justiça;
 - será suscetível de recurso ao Conselho Superior do Ministério Público a decisão de arquivamento do processo disciplinar.

52. Jorge, Promotor de Justiça Titular da 102ª Promotoria de Justiça Criminal, após anos de atuação, removeu-se para outro órgão. Foi substituído por Mariana, sua esposa, Promotora de Justiça Substituta, que oficiou na 102ª Promotoria de Justiça Criminal por vários meses, sendo certo que se manifestou, inclusive, em inúmeros processos em que havia atuado seu cônjuge anteriormente.

Considerando a disciplina legal conferida aos impedimentos, incompatibilidades e suspeições aos membros do Ministério Público, é correto afirmar que:

- A) a hipótese configura suspeição;
- B) a hipótese configura impedimento;
- C) não há qualquer irregularidade no proceder de Mariana, face ao Princípio Institucional da Indivisibilidade;
- D) a atuação de Mariana, independentemente de comprovado eventual prejuízo, poderá ensejar a nulidade dos processos em que se manifestou;
- E) a hipótese configura incompatibilidade, entretanto, sem maiores consequências processuais.

53. Jair, Promotor de Justiça há sete anos, sempre sonhou em ser magistrado, sentindo-se realmente vocacionado para exercer o ofício de julgar. No que se refere à participação dos membros do Ministério Público na composição dos tribunais, conforme previsão de matriz constitucional, em especial no que diz respeito ao possível caminho a ser percorrido para que seu sonho se concretize, Jair poderá:

- A) através do quinto constitucional, concorrer à vaga reservada ao Ministério Público para ocupar o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal após completar dez anos de carreira ministerial;
- B) através do terço constitucional, após completar dez anos de carreira ministerial, concorrer à vaga reservada ao Ministério Público para ocupar o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça;
- C) através do quinto constitucional, concorrer à vaga reservada ao Ministério Público para ocupar o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça, desde que anteriormente promovido ao cargo de Procurador de Justiça;
- D) através do quinto constitucional, concorrer à vaga reservada ao Ministério Público para ocupar o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça, independentemente do tempo de carreira ministerial;
- E) através do terço constitucional, concorrer à vaga reservada ao Ministério Público para ocupar o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça, mesmo exercendo o cargo de Promotor de Justiça, desde que tenha mais de dez anos de carreira.

54. Caio, Promotor de Justiça vitalício contemplado com significativa quantia em razão de sorteio lotérico, resolve refletir sobre seu futuro e viajar com a família pelo mundo por cerca de um ano, renunciando, inclusive, ao recebimento de seus vencimentos. Para tanto, deverá formular o seguinte requerimento ao Procurador-Geral de Justiça:

- A) afastamento imotivado;
- B) licença especial;
- C) licença prêmio;
- D) licença para tratar de assuntos particulares;
- E) licença nojo.

55. Mélvio, Promotor de Justiça, na data de hoje, recebeu autos de processo criminal em seu gabinete e, de imediato, observou que deverá interpor recurso de apelação em face da sentença absolutória de que tomou ciência. Preocupado com o respectivo prazo, verifica que o referido processo encontrava-se na secretaria ministerial há vários dias paralisado, em razão de licença do servidor responsável pelo processamento.

Nesse caso, para efeito da contagem do prazo para oferecimento de recurso, tem relevância a data:

- A) da abertura de vista dos autos ao membro do Ministério Público, face à prerrogativa da intimação pessoal, sem prejuízo de eventual demora por parte da serventia quanto ao processamento;
- B) do recebimento dos autos na serventia ministerial, que deverá distribuí-lo imediatamente ao membro do Ministério Público com atribuição;
- C) lançada pelo Promotor de Justiça na respectiva petição de interposição;
- D) da remessa dos respectivos autos ao Ministério Público, realizada pelo cartório judicial responsável pelo processamento;
- E) em que o respectivo processo é devolvido pela serventia do Ministério Público ao Poder Judiciário.

DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

56. Na literatura jurídico-criminal não rara é a referência à Lei Fundamental pelo epíteto de “Constituição Penal”, por conformar, dentre outras, estruturas referentes à intervenção penal, com regras que alcançam tanto o legislador infraconstitucional quanto os aplicadores materiais dos dispositivos penais. Dentro deste conceito, no que toca ao tema “mandados de criminalização” e sua correlação com a questão da “vedação da proteção insuficiente ou deficiente”, é correto afirmar que:
- A) a aplicação e a incidência dos mandados de criminalização importam numa revolução no procedimento de legitimação do direito penal, fazendo com que a disciplina não se contente com a disposição das cláusulas positivas limitadoras da intervenção penal, optando por também dar albergue constitucional às normas com projeção incriminadora;
 - B) a proibição da proteção deficiente é decorrente do dever de proteção, com ele coincidindo e tendo uma função autônoma, impondo, primeiramente, verificar se existe um dever de proteção ou imperativo de tutela e, depois, em que termos deve ser realizado esse dever pelo direito infraconstitucional sem descer aquém do mínimo de proteção jurídico-constitucionalmente exigido;
 - C) ao tempo em que o Direito penal pugna pela proporcionalidade, legalidade estrita, anterioridade das penas, zelo às garantias dos acusados e outras garantias, é cada vez mais evidente a existência da ideia de que o Estado não pode se exceder no campo penal, não havendo consequência caso aja de modo insuficiente;
 - D) o espaço de conformação do legislador deve atender aos limites impostos pela incidência da hipótese normativa de um direito fundamental, ilicitude do ataque e dependência de proteção e pela necessidade de proteção decorrente da dinâmica equação entre os critérios de hierarquia do bem jurídico atingido e a intensidade da ameaça;
 - E) um dever de proteção a ser cumprido por meio de limitações legislativas a direitos individuais pode produzir um decréscimo de restrições, mas com o propósito de maximizar a liberdade geral na sociedade e fazê-la real para todos os detentores de direitos fundamentais.
57. No direito penal, o problema da sucessão das leis no tempo é resolvido segundo a garantia constitucional de que a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu (CRFB, art. 5º, inciso XL). Já no campo processual penal, a norma geral de direito intertemporal encontra-se prevista no art. 2º do CPP, disciplinando que a lei processual penal aplicar-se-á desde logo, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior. Assim, quanto ao tema “sucessão de leis penais e processuais penais”, é correto afirmar que:
- A) no campo processual penal adota-se, como regra, o princípio *tempus regit actum*, que se imiscui com a ideia de retroatividade da lei processual;
 - B) retroatividade, entendida como a imposição de uma lei a fatos pretéritos ou situações consumadas antes do início de sua vigência, tem como corolário o princípio geral do efeito imediato, entendido como sua incidência sobre fatos e situações pendentes quando a lei entra em vigor;
 - C) retroatividade e aplicação imediata são fenômenos temporais relativos, que pressupõem, para sua aferição, um referencial cronológico, sendo certo que a aplicação imediata da lei processual leva em conta o momento da imputação inicial;
 - D) a doutrina reconhece a existência das chamadas “normas mistas” ou “normas processuais materiais”, sendo que uma corrente ampliativa entende que são aquelas que, embora disciplinadas em diplomas processuais penais, disponham sobre o conteúdo da pretensão punitiva e sobre as demais normas que tenham por conteúdo matéria que seja direito ou garantia constitucional do cidadão;
 - E) no sistema do isolamento dos atos processuais, adotado pelo legislador pátrio no CPP, admite-se que cada ato seja regido por uma lei, o que permite que a lei velha regule os atos já praticados, ocorridos sob sua vigência, enquanto a lei nova terá aplicação imediata, passando a disciplinar os atos futuros.
58. A dogmática penal contemporânea costuma edificar o conceito de fato punível com base nas categorias elementares do tipo de injusto e da culpabilidade, que concentram todos os elementos da definição analítica de crime. Essas categorias elementares do fato punível se relacionam como objeto de valoração e juízo de valoração. No que toca ao tema “culpabilidade”, é correto afirmar que:
- A) o princípio da culpabilidade impõe a objetividade da responsabilidade penal, repercutindo, outrossim, na fixação da pena-base;
 - B) o princípio da culpabilidade funciona como um fator meramente agravante do *quantum* de punição que deverá ser aplicado ao fato criminoso;
 - C) a culpabilidade, na teoria da pena, é tratada como circunstância judicial a ser avaliada na terceira fase de determinação da pena;
 - D) a culpabilidade é fator determinante para a adequação da pena à necessidade de prevenção geral e específica, pois opera como limitador primário na sua aplicação, sendo sua análise indispensável à individualização da pena;
 - E) a culpabilidade para fundamentação da pena e a culpabilidade para medição ou limitação da pena estão sistematicamente separadas uma da outra, pois a existência da culpabilidade que fundamenta a aplicação da pena não repercute na medição da pena aplicada.

59. Após o regular patrocínio de ação indenizatória contra determinado Município, a advogada PORTIA, induzindo a erro seu cliente SHYLOCK, levou-o a assinar instrumento procuratório que lhe transferia os poderes de quitação, recebimento e levantamento de diversos valores, obtendo para si, especificamente, vultoso crédito a ser por ele recebido do referido ente público, através de precatório. Visando à aferição do início do marco prescricional, é correto afirmar que a circunstância de a satisfação do crédito se dar por meio de precatório:
- A) não alteraria a conduta praticada pela agente, a qual consubstancia crime instantâneo, considerando-se a data da prática do ato, sendo irrelevante a circunstância de os efeitos terem se projetado no tempo, mediante percepção das parcelas;
 - B) alteraria a conduta praticada pela agente, a qual consubstancia crime instantâneo, considerando-se a data da percepção das parcelas, circunstância que se projeta no tempo;
 - C) não alteraria a conduta praticada pela agente, a qual consubstancia crime permanente, considerando-se como início a data da prática do ato e sua duração que se protraí no tempo, enquanto persistir a percepção das parcelas;
 - D) alteraria a conduta praticada pela agente, a qual consubstancia crime permanente, considerando-se a data da prática do ato, sendo irrelevante a circunstância de os efeitos terem se perpetuado no tempo, mediante percepção das parcelas;
 - E) alteraria a conduta praticada pela agente, a qual consubstancia crime formal, considerando-se a data da prática do ato, sendo irrelevante a circunstância de os efeitos terem se projetado no tempo, mediante percepção das parcelas.
60. É usual na doutrina a afirmação de que a mensuração da agravante ou atenuante se inclui no “livre arbítrio do juiz”, tendo em conta o caso concreto e a personalidade do agente, ou mesmo na denominada “prudência judicial” na fixação da pena. Na questão da dosimetria da pena, é correto afirmar que:
- A) a pena-base exasperada pela reincidência impede, sob pena de configuração de *bis in idem*, sua utilização como agravante;
 - B) a confissão extrajudicial na fase pré-processual deve ser avaliada conforme sua influência sobre o juízo da condenação, ainda que haja sua retratação em juízo;
 - C) a presença de agravantes pode levar a pena para além do máximo legal previsto no tipo penal básico ou qualificado;
 - D) no crime de tráfico de drogas, a quantidade e a espécie de entorpecente traficado, quando combinadas, são circunstâncias judiciais que não autorizam, por si sós, a exasperação da pena-base para além do mínimo legal;
 - E) é incompatível a aplicação da causa de diminuição de pena do art. 33, § 4º, da Lei nº 11.343/2006 aos casos em que haja incidência das causas de aumento de pena previstas nos incisos do art. 40 da mencionada lei.
61. No dia 11 de agosto de 2011, por volta das 2h, em ação rotineira da Polícia Militar, CAPULETO, que conduzia motocicleta pela Rua Voluntários da Pátria, em Botafogo, foi abordado, sendo identificada em sua cintura uma pistola, desmuniada, com um carregador separado devidamente municiado, bem como um chaveiro contendo um jogo de pequenas chaves “L” hexagonais, próximo ao coldre da arma. Conduzido à Delegacia, enquanto a Autoridade Policial procedia à análise do fato apresentado com a colheita das declarações, a perícia criminal entregou os laudos sobre os bens apreendidos. No laudo referente ao jogo de chaves, os peritos destacaram a marca e os tamanhos das chaves em formato “L” que compunham o molho apreendido, notando que uma delas não tinha o formato hexagonal perfeito como as demais, tendo sido, por ação manual, reduzida à metade. No laudo referente à arma de fogo e munições, atestou-se que a arma era uma pistola Glock, calibre .45, de uso proibido, com numeração de série íntegra e legível, com 11 (onze) munições do mesmo calibre, notando-se porém, a ausência do retém do ferrolho (ou trava da corredeira), peça que mantém o mecanismo aberto depois de disparado o último cartucho do carregador, esclarecendo os peritos que aquela não se tratava de modalidade de arma em que tal peça funcionasse como opcional. Ao teste de aptidão para produzir disparos, identificou-se que, sem a referida peça, apenas um cartucho poderia ser percutido, se já estivesse alojado no cano. No entanto, curiosos com a chave adaptada, constataram que o encaixe era perfeito no lugar do retém do ferrolho e que, com a chave encaixada, a pistola funcionava normalmente. Considerando as declarações dos Policiais quanto à abordagem e os laudos periciais, é correto afirmar que o fato de o funcionamento da arma de fogo não ser perfeito, mas continuar apto para produzir disparos:
- A) não afasta a tipicidade material do crime definido no art. 12 da Lei nº 10.826/2003;
 - B) afasta a tipicidade material do crime definido no art. 12 da Lei nº 10.826/2003;
 - C) não afasta a tipicidade material do crime definido no art. 14 da Lei nº 10.826/2003;
 - D) afasta a tipicidade material do crime definido no art. 14 da Lei nº 10.826/2003;
 - E) não afasta a tipicidade material do crime definido no art. 16 da Lei nº 10.826/2003.

62. IAGO, invejoso quanto ao relacionamento amoroso mantido por OTELO, no dia 10 de março de 2007, na cidade de Varre-Sai, tenta estuprar DESDÊMOMA, tendo sua ação interrompida pela ação salvadora de CÁSSIO. Processado e julgado, IAGO vem a ser condenado em 10 de março de 2008, recebendo a pena definitiva de sete anos de reclusão, em regime fechado, sendo certo que o magistrado, dentre outros fatores, ponderou que o réu era reincidente específico. Considerando os dados fornecidos, no que pertine à execução da pena, IAGO:
- A) poderá postular sua progressão de regime após o cumprimento de 1/6 (um sexto) do total da pena;
 - B) poderá postular sua progressão de regime após o cumprimento de 2/5 (dois quintos) do total da pena;
 - C) poderá postular sua progressão de regime após o cumprimento de 3/5 (três quintos) do total da pena;
 - D) poderá postular sua progressão de regime após o cumprimento de 1/3 (um terço) do total da pena;
 - E) não poderá postular sua progressão, pois a pena deverá ser cumprida em regime integralmente fechado.
63. Quanto ao tema “teoria da prova penal”, assinale a alternativa na qual terminologia e conceito explicitado complementam-se corretamente:
- A) “meios de prova” são os procedimentos probatórios, pessoais ou materiais, por intermédio dos quais se levam ao processo os dados probatórios;
 - B) “elemento de prova” é cada um dos dados objetivos que confirmam ou negam uma asserção a respeito de um fato que interessa à decisão da causa;
 - C) “fonte de prova” é a previsão de um procedimento probatório típico para a produção de um determinado elemento de prova;
 - D) “prova irritual” é aquela prova típica, utilizada ou para fins diversos daqueles que lhes são próprios, ou para fins característicos de outras provas típicas;
 - E) “prova anômala” é aquela prova típica produzida sem a observância de seu procedimento probatório.
64. O direito penal tradicional não era capaz de sancionar os delinquentes organizados e tampouco seus laços de relacionamento com funcionários corruptos. Havia fracassado na luta contra a delinquência organizada porque conseguir provas da execução de seus atos delitivos básicos é extraordinariamente difícil, já que se apoiam no tripé violência-corrupção-obstrução à justiça. Os chefes, ademais, normalmente nunca estão perto do fato delitivo nem são eles que pessoalmente praticam o delito. Por outro lado, as organizações utilizam códigos de comportamento como a lei do silêncio. O combate à criminalidade organizada não passa necessariamente por uma alteração das normas incriminadoras, mas deve contar com novas modalidades de persecução dos delitos, o que, no Brasil, seria feito pela Lei nº 9.034, de 03 de maio de 1995 (que dispõe sobre a utilização de meios operacionais para a prevenção e repressão de ações praticadas por organizações criminosas). NÃO corresponde à modalidade persecutória extraordinária prevista no referido diploma especial citado:
- A) infiltração de agentes de polícia ou de inteligência, em tarefas de investigação, mediante circunstanciada autorização judicial;
 - B) captação e interceptação do fluxo de comunicações telefônicas, em sistemas de informática e telemática, mediante ordem do juiz competente da ação principal;
 - C) acesso a dados, documentos e informações fiscais, bancárias, financeiras e eleitorais;
 - D) captação e interceptação ambiental de sinais eletromagnéticos, óticos ou acústicos, e o seu registro e análise, mediante circunstanciada autorização judicial;
 - E) retardação da interdição policial do que se supõe ação praticada por organizações criminosas ou a ela vinculada, desde que mantida sob observação e acompanhamento, para que a medida se concretize no momento mais eficaz.

65. Sob o Antigo Regime, graças à teoria da “justiça reservada”, o rei poderia retirar de um processo os juízes competentes e avocar a competência para o seu conselho (avocação) ou fazê-lo julgar pelos comissários especialmente designados para esse efeito (comissão). Ele poderia, então, criar novas jurisdições como “comissões extraordinárias” ou “câmaras de justiça”. Considerando a evolução do princípio do juiz natural e seu acolhimento na Constituição da República de 1988, analise as afirmativas a seguir:
- I. Com relação à vedação dos tribunais de exceção, a norma constitucional não causa maiores polêmicas, a não ser no que toca à necessidade de definição das características exigidas para que um tribunal ou órgão jurisdicional possa ser considerado como extraordinário ou de exceção.
 - II. Para definir o que constitui ou caracteriza um tribunal de exceção ou extraordinário, é necessário analisar o outro aspecto da garantia do juiz natural, isto é, sua face positiva, consistente no direito ao juiz competente segundo as regras vigentes no momento do registro do fato.
 - III. A distinção fundamental entre a vedação dos tribunais de exceção (art. 5º, inciso XXXVII), de um lado, e o direito ao juiz competente predeterminado por lei (art. 5º, inciso LIII), de outro, é que a primeira diz respeito à distribuição de competência entre os órgãos previamente instituídos enquanto o segundo diz respeito à constituição do órgão em relação à organização judiciária.
 - IV. O direito ao juiz competente predeterminado tem por finalidade assegurar a integridade do Poder Judiciário, pois uma lei que atribua o julgamento de um processo a órgão que não esteja previsto na Constituição como integrante do Poder Judiciário estará dando poder de julgar para quem a Constituição não previu e que não poderá, portanto, ser investido da função jurisdicional.
 - V. A vedação da criação de tribunais de exceção é considerada como “aspecto negativo” da garantia do juiz natural, na medida em que, sob o ponto de vista do cidadão, impede o julgamento por um órgão extraordinário. Por outro lado, do ponto de vista dos detentores do poder, que pretendem obter um julgamento parcial, com juízes específica e concretamente escolhidos, a vedação dos tribunais de exceção é um “instrumento positivo” para a contenção do arbítrio, pois impede que se atribua diretamente o julgamento de um fato específico, ou de um conjunto de fatos, para um órgão escolhido e moldado para decidir num sentido previamente determinado.
 - VI. Tem sido pacificamente aceita a possibilidade de criação de tribunais especiais ou justiças especializadas, que não são considerados incompatíveis com a vedação de instituir tribunais extraordinários ou de exceção. O que os diferencia é que tais tribunais ou juízos especiais são criados antes da prática dos fatos que irão julgar, e têm competência determinada por regras gerais e abstratas, com base em critérios objetivos, e não para um caso particular ou individualmente considerado, escolhido segundo critérios discriminatórios.
- As afirmativas corretas são somente:
- A) I, III e V;
 - B) I, V e VI;
 - C) II, III e IV;
 - D) II, IV e VI;
 - E) III, V e VI.
66. “Na temática atinente aos recursos, dois são os princípios fundamentais que se defrontam e devem ser conciliados. De um lado, a imposição do princípio da justiça leva a pensar que, quanto mais se examinar uma decisão, mais possível será a perfeita distribuição da justiça. Do outro lado, a observância do princípio da certeza jurídica impõe a brevidade do processo, a exigir que a decisão seja proferida de uma vez por todas, sem procrastinações inúteis, no menor tempo possível” (GRINOVER, Ada Pellegrini et al. *Recursos no processo penal*. 6ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009, p. 19). Operando de forma complementar, o sistema processual penal pátrio fornece outras normas que disciplinam o manejo dos recursos. Assim, considerando a temática pertinente aos princípios gerais dos recursos criminais, é correto afirmar que:
- A) os recursos independem de expressa previsão legal, de modo que o rol dos recursos e as hipóteses de cabimento configuram um elenco norteador, pois, na tentativa de equilibrar as garantias do valor justiça e do valor certeza, não se pode admitir que a via recursal permaneça infinitamente aberta;
 - B) a possibilidade de revisão das decisões judiciais há de ser prevista em lei, porém, não se exclui a interpretação extensiva da norma processual, nem mesmo a aplicação analógica de certas regras;
 - C) há casos de decisões objetivamente complexas, com capítulos distintos, em que entram em jogo diversos requisitos de admissibilidade, sendo que, nesses casos, a lei pode prever expressamente o oferecimento de recursos ordinários concomitantes e diversos para impugnar o mesmo capítulo;
 - D) o princípio da variabilidade significa que a interposição de um recurso liga o recorrente à impugnação, permitindo-se a interposição de outros recursos, se no prazo;
 - E) por força do princípio da obrigatoriedade, nos crimes de ação penal pública, o Ministério Público não pode desistir do recurso interposto.
67. “A acusação e a sentença irrompem consequenciais. Ligam-se mediante causalidade real. O fato imputado, porém, nem sempre permanece estável. Daí as variações relevantes, operadas no fato perquirido e ocorrentes de modo eventual, forçam ao acerto” (PITOMBO, Sérgio Marcos de Moraes. Prefácio, in: BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahy. *Correlação entre acusação e sentença*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000). No que toca ao tema da “congruência entre acusação e sentença”, é correto afirmar que quando o juiz deixa de aplicar a *mutatio libelli* em primeiro grau, proferindo sentença sobre fato diverso do constante na denúncia ou queixa:
- A) há mecanismos que permitem a modificação da imputação para incluir ou excluir tais aspectos fáticos no objeto do processo;
 - B) não se admite a possibilidade de mudança da imputação em seu aspecto fático, depois de proferida a decisão meritória em segundo grau, pois a possibilidade de modificação da imputação não é cronologicamente ilimitada;
 - C) tal sentença será juridicamente inexistente, por violar a regra da correlação entre acusação e sentença;
 - D) o tribunal, em grau de recurso, deve anular a decisão recorrida, sendo tal medida possível quando houver recurso da acusação pleiteando a anulação;
 - E) em grau de recurso, se acusação e defesa não alegaram a nulidade, entendem doutrina e jurisprudência que o tribunal poderá declarar nulidade não arguida em prejuízo da defesa.

68. Após ser condenado por homicídio culposo, com decisão transitada em julgado, e ter cumprido integralmente sua pena, MONTECCHIO descobre oficiosamente fatos que seriam capazes de alterar a convicção judicial, alterando a sentença proferida e que não fora impugnada no momento oportuno. À luz dos dados fornecidos, é correto afirmar que:
- A) o cabimento da revisão criminal, em caso de nova prova oral, depende de justificação que tramitará perante o juízo penal de primeiro grau;
 - B) cabível a revisão criminal, cuja competência é do juízo que proferiu a sentença revidada, que poderá rever a convicção formada com as novas provas colacionadas;
 - C) incabível a revisão criminal, diante da irreversibilidade dos efeitos da sentença penal condenatória, haja vista que MONTECCHIO já cumpriu a integralidade da pena;
 - D) cabível a revisão criminal, em caso de nova prova oral, desde que juntada declaração escrita, mediante escritura pública;
 - E) incabível a revisão criminal, por falta de interesse-utilidade, haja vista que MONTECCHIO já cumpriu a integralidade da pena.
69. “À primeira vista, pode parecer estranho pensar em ônus da prova na execução penal. A questão do ônus da prova nada mais é do que a necessidade de uma solução para a dúvida do juiz, que normalmente aparece nos processos em que se pleiteia uma tutela de conhecimento. (...) Na execução penal esta atividade será basicamente a submissão do condenado à expiação da pena. Na pena privativa de liberdade haverá a privação de tal direito durante o tempo fixado na sentença condenatória transitada em julgado. Na pena restritiva de direitos, a constrição de outros direitos do acusado e mesmo da própria liberdade. Na pena de multa haverá restrição do patrimônio. Contudo, não se pode negar que, durante a execução da pena, muitas vezes, o juiz é chamado a exercer atividade tipicamente cognitiva” (BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahy. *Ônus da prova no processo penal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003, p. 406/407). Não se desconhece que ao longo do cumprimento da pena, pode surgir uma série de incidentes da execução, em relação aos quais o juiz será chamado a decidir. E, sempre que um juiz é chamado a decidir, não há como afastar a possibilidade de que um fato relevante para a decisão não tenha sido suficientemente comprovado. Assim, quanto ao ônus da prova na execução penal, não havendo qualquer disciplina específica para a resolução da dúvida sobre o fato relevante em sede de execução penal:
- A) seria possível, tecnicamente, afirmar que o ônus da prova do fato constitutivo caberia ao autor, ainda que nas hipóteses de instauração *ex officio* do processo;
 - B) aplica-se a regra geral do art. 156 do CPP, segundo a qual o ônus da prova do fato constitutivo incumbe a quem alega;
 - C) a decisão judicial deve ser tomada segundo o *favor rei*, enquanto princípio geral informativo do processo penal;
 - D) o ônus da prova deverá ser repartido entre os sujeitos processuais, devendo o juiz usar seus poderes gerais para solucionar suas dúvidas;
 - E) o ônus da prova deverá ser repartido entre os sujeitos processuais, devendo o problema ser resolvido segundo a regra do interesse processual.
70. No dia 10 de dezembro de 2010, determinado Vereador de um Município do Rio de Janeiro foi denunciado, junto com outras nove pessoas não detentoras de foro por prerrogativa de função, pelos delitos de formação de quadrilha armada, extorsão, tortura e lesões corporais graves. Na cota da denúncia, além de outras providências e medidas cautelares, foi postulada a prisão preventiva do Vereador. Quanto à possibilidade de prisão, é correto afirmar que os vereadores:
- A) assim como os demais parlamentares federais e estaduais, gozam de incoercibilidade pessoal relativa, o que lhes assegura tratamento diferenciado em relação aos demais denunciados;
 - B) ao contrário dos demais parlamentares federais e estaduais, gozam de incoercibilidade pessoal relativa, o que lhes assegura tratamento diferenciado em relação aos demais denunciados;
 - C) assim como os demais parlamentares federais e estaduais, não gozam de incoercibilidade pessoal relativa, o que lhes impõe tratamento igualitário em relação aos demais denunciados;
 - D) ao contrário dos demais parlamentares federais e estaduais, não gozam de incoercibilidade pessoal relativa, o que lhes impõe tratamento igualitário em relação aos demais denunciados;
 - E) são detentores de imunidade material, o que, sob o enfoque processual, impede sua custódia cautelar, excetuados os casos de flagrante por crime inafiançável.

DIREITO PÚBLICO (ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL)

71. Quanto aos princípios da Administração Pública, é correto afirmar que:
- A) segundo o princípio da legalidade administrativa, a Administração pode adotar qualquer conduta não vedada pela lei;
 - B) segundo o princípio da legalidade administrativa, a Administração só pode agir com fundamento em lei formal;
 - C) segundo o princípio da publicidade, todos têm direito a obter da Administração informações de interesse coletivo, salvo aquelas que envolvam a segurança do Estado e da sociedade;
 - D) segundo o princípio da motivação, as decisões administrativas devem conter fundamentação clara, explícita e congruente, não podendo adotar pareceres prévios como sua motivação;
 - E) segundo o princípio da impessoalidade, a investidura em todo e qualquer cargo público deve ser precedida de procedimento seletivo público, objetivo e imparcial.
72. Três anos após a concessão de licença para construir, a Administração passa a entender que o ato concessivo da licença foi praticado por autoridade incompetente. A Administração deve:
- A) proceder à anulação do ato, por vício de competência, observado o contraditório e a ampla defesa;
 - B) proceder à convalidação do ato, mediante ratificação pela autoridade competente, em homenagem à segurança jurídica e à boa-fé do administrado;
 - C) manter o ato em vigor, tendo em vista a decadência administrativa;
 - D) proceder à revogação do ato, por razões de conveniência e oportunidade;
 - E) proceder à cassação do ato, por superveniente desaparecimento dos seus requisitos legais.
73. Em relação aos recursos administrativos, é correto afirmar que:
- A) têm sempre efeito suspensivo, salvo quando a lei preveja apenas o efeito devolutivo;
 - B) a representação por advogado é obrigatória, como decorrência do devido processo legal;
 - C) a interposição do recurso fora do prazo não impede que a Administração reconheça, de ofício, o direito postulado pelo administrado;
 - D) o pedido de revisão de ato sancionatório, formulado pelo interessado, pode resultar em *reformatio in pejus*;
 - E) o recurso hierárquico impróprio é cabível como decorrência do princípio da hierarquia administrativa, ainda que à míngua de previsão em lei.
74. Em relação ao regime dos servidores públicos, é correto afirmar que:
- A) segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o candidato aprovado em concurso público, dentro do número de vagas previsto no edital, tem direito subjetivo à nomeação;
 - B) o reajuste anual de vencimentos dos servidores é automático, não dependendo da edição de lei de iniciativa do Chefe do Poder Executivo;
 - C) há casos de ascensão funcional admitidos pela Constituição Federal;
 - D) os empregados públicos não têm direito subjetivo à estabilidade, salvo quando aprovados em concurso público;
 - E) os ocupantes de cargos em comissão só podem ser exonerados mediante processo administrativo, no qual lhes seja assegurado o contraditório e a ampla defesa.
75. Em relação às diferentes formas de intervenção do Estado sobre a propriedade privada, é correto afirmar que:
- A) a limitação administrativa, dado o seu caráter geral, não enseja direito a indenização, salvo nos casos de esvaziamento econômico da propriedade;
 - B) a servidão administrativa enseja sempre direito a indenização prévia, justa e em dinheiro;
 - C) a desapropriação para fins de reforma agrária é matéria da competência legislativa privativa da União, mas da competência administrativa comum de todas as unidades federativas;
 - D) o tombamento é sempre voluntário, pois depende da iniciativa do proprietário;
 - E) a ocupação temporária de um imóvel depende de autorização legislativa prévia e se sujeita ao pagamento posterior de indenização, em caso de prejuízo comprovado.
76. Sobre a perda do cargo público pelo seu ocupante, é correto afirmar que:
- A) o servidor estável só perde o cargo público em virtude de sentença judicial transitada em julgado;
 - B) o servidor vitalício pode perder o cargo em processo administrativo disciplinar ou em virtude de sentença judicial transitada em julgado;
 - C) durante o período de estágio probatório, o servidor pode ser exonerado do cargo, desde que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa;
 - D) os ocupantes de cargos de direção das agências reguladoras, mesmo quando nomeados a termo fixo, podem ser livremente exonerados;
 - E) os magistrados nomeados para tribunais, em virtude do quinto constitucional, só adquirem vitaliciedade após dois anos de efetivo exercício da judicatura.

77. Sobre a alienação de bens públicos, é correto afirmar que:

- A) os bens de uso comum do povo e de uso especial são inalienáveis, enquanto mantiverem essa qualificação jurídica;
- B) os bens dominicais são alienáveis livremente, para atender às necessidades financeiras da Administração;
- C) a alienação de bens imóveis independe de avaliação prévia, mas depende de autorização legislativa e de licitação;
- D) os bens das autarquias são bens privados, daí serem livremente alienáveis;
- E) os bens móveis não afetados podem ser livremente alienados, independentemente de prévia avaliação.

78. Considere a seguir o acórdão proferido nos autos do Mandado de Segurança 26603/DF, julgado pelo pleno do Supremo Tribunal Federal em 04 de outubro de 2007 sob a relatoria do Ministro CELSO DE MELO:

No poder de interpretar a Lei Fundamental, reside a prerrogativa extraordinária de (re)formulá-la, eis que a interpretação judicial acha-se compreendida entre os processos informais de _____, a significar, portanto, que “A Constituição está em elaboração permanente nos Tribunais incumbidos de aplicá-la”. Doutrina. Precedentes. - A interpretação constitucional derivada das decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal - a quem se atribuiu a função eminente de “guarda da Constituição” (CF, art. 102, “caput”) - assume papel de fundamental importância na organização institucional do Estado brasileiro, a justificar o reconhecimento de que o modelo político-jurídico vigente em nosso País conferiu, à Suprema Corte, a singular prerrogativa de dispor do monopólio da última palavra em tema de exegese das normas inscritas no texto da Lei Fundamental.

A modalidade estrita de alteração constitucional definida pelo Ministro Relator na lacuna acima é a:

- A) revisão constitucional;
- B) reforma constitucional;
- C) mutação constitucional;
- D) emenda constitucional;
- E) iniciativa popular.

79. Acerca do que doutrinariamente se denomina “princípios constitucionais sensíveis” da CRFB/88, é possível afirmar que:

- A) os princípios constitucionais sensíveis encerram um exercício de hermenêutica, estando espargidos ao longo de todo o texto constitucional;
- B) os princípios constitucionais sensíveis são enumerados em dispositivo específico da CRFB/88;
- C) o desatendimento a um princípio constitucional sensível desautoriza intervenção federal;
- D) os princípios constitucionais sensíveis decorrem do constitucionalismo estadunidense e não foram inseridos no texto final da CRFB/88;
- E) os princípios constitucionais sensíveis resultam da revisão constitucional.

80. Analise as afirmativas abaixo, referentes ao controle de constitucionalidade, nos moldes em que estatuido pelo Legislador Constituinte:

- I. A noção de controle de constitucionalidade se opõe à de rigidez constitucional.
- II. Lei Municipal em descompasso com norma constitucional federal pode ser objeto de controle por processo objetivo e perante o Supremo Tribunal Federal.
- III. O controle de constitucionalidade incidental só pode ocorrer nos autos de processo objetivo.
- IV. Decretos regulamentares, ainda que não inovem originariamente a ordem jurídica, podem ser controlados diretamente em sua constitucionalidade.

Pode-se concluir que:

- A) apenas II está correta;
- B) apenas III está correta;
- C) apenas I, II e III estão corretas;
- D) todas estão corretas;
- E) nenhuma está correta.

81. Sobre o controle de constitucionalidade, nos termos em que regido pela CRFR/88, é correto afirmar:

- A) decorre do pacto federativo a previsão constitucional de adoção pelos Estados e pelo Distrito Federal da ação declaratória de constitucionalidade, da ação direta de inconstitucionalidade por omissão e da ação por descumprimento de preceito fundamental, desde que guardada parametricidade com a CRFB/88;
- B) da decisão que julga ação por descumprimento de preceito fundamental, cabe recurso para o plenário do Supremo Tribunal Federal e ação rescisória endereçada ao mesmo órgão julgador;
- C) a Mesa Diretora do Congresso Nacional não é, por si, legitimada ativa para o ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade;
- D) a figura do *amicus curae* não é aceita na ação por descumprimento de preceito fundamental;
- E) associação de associações não é reconhecida como legitimada ativa para a propositura de ação direta de inconstitucionalidade.

82. Considerando o momento no qual é possível realizar o controle de constitucionalidade, os órgãos que podem exercitá-lo e os efeitos de seu reconhecimento, analise as afirmativas a seguir:
- O controle preventivo de constitucionalidade é realizado pelo Poder Legislativo.
 - A CRFB/88 estatui que apenas pelo voto da maioria absoluta de seus membros, ou dos membros do respectivo Órgão Especial, os tribunais poderão declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.
 - A declaração incidente de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo pelo Supremo Tribunal Federal desfaz, desde sua origem, a eficácia do ato declarado inconstitucional, com efeitos *ex tunc* para as partes do processo em que houve a declaração.
 - O controle de constitucionalidade no plano estadual realiza-se por via incidental, sendo que o manejo de ação direta é peculiaridade do plano federal.
- Pode-se concluir que:
- apenas I e IV estão corretas;
 - apenas II e III estão corretas;
 - apenas III e IV estão corretas;
 - todas estão corretas;
 - nenhuma está correta.
83. Além de estruturar os Poderes da República, a CRFB/88 ocupou-se em estatuir funções essenciais à Justiça. Acerca de tais funções, analise as afirmativas a seguir:
- A assessoria jurídica aos necessitados, constitucionalmente a cargo da Defensoria Pública, autoriza que vítimas e familiares de vítimas hipossuficientes econômicos sejam assistidos por Defensor Público.
 - A CRFB/88 comete à Advocacia-Geral da União a representação judicial e extrajudicial da União, diretamente ou por órgão vinculado.
 - Nos limites da lei, o advogado é inviolável por seus atos e manifestações, desde que no exercício da profissão.
 - É função expressa do Ministério Público, nos termos da CRFB/88, zelar e garantir pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados no texto constitucional, promovendo as medidas necessárias ao exercício de tal função.
- Pode-se concluir que:
- apenas I e IV estão corretas;
 - apenas II e III estão corretas;
 - apenas II e IV estão corretas;
 - apenas I, II e IV estão corretas;
 - todas estão corretas.
84. A propósito do que em doutrina se convencionou chamar de “modelo constitucional do processo” é correto afirmar que:
- a publicidade dos atos processuais não pode ser mitigada pelo interesse social;
 - a publicidade dos atos processuais só pode ser afastada, no caso concreto, pela defesa da intimidade do (dos) litigante(s);
 - a assistência jurídica gratuita é assegurada àqueles que se declaram pobres, sem possibilidade de impugnação por medida de preservação da dignidade da pessoa humana, e sob as penas da legislação criminal na hipótese de falsidade ideológica;
 - o ideal de duração razoável do processo se dirige tanto ao magistrado quanto aos litigantes, desautorizando a delonga judicial pelo exercício abusivo dos desdobramentos do direito de ação;
 - a alteração da composição dos Tribunais Superiores como medida de preservação de suas competências e respeito ao princípio do juiz natural, é excepcionalmente permitida, em caso de guerra ou convulsão social.
85. Segundo a redação do art. 71 da CRFB/88 “O Controle Externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União...”. Também nos Estados Federados há Cortes de Contas e mesmo o Município do Rio de Janeiro possui Tribunal de Contas que lhe é próprio. Acerca da disciplina constitucional dos Tribunais de Contas, é correto afirmar que:
- as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, na medida em que apresentam preferências pessoais e rotinas de despesas, inclusive com segurança, constituem documentos classificados que só poderão ser apreciados em sessão reservada de Comissão Específica do Congresso Nacional, não se inserindo na esfera de competências do Tribunal de Contas da União;
 - municípios que sejam capitais de Estados Federados podem instituir seus próprios Tribunais de Contas sendo que, na ausência de Cortes Municipais específicas para o controle de seus gastos, tal competência recairá sobre o Tribunal de Contas do Estado;
 - a CRFB/88 afasta do Tribunal de Contas da União a competência para fiscalizar a aplicação de recursos repassados pela União aos municípios;
 - a composição dos Tribunais de Contas dos Estados é a resultante da proporção entre o número de municípios existentes no território do Estado Federado com o número de eleitores medidos a cada três eleições nacionais;
 - os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário manterão, de forma integrada, um sistema de controle interno que tenha por finalidade apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

DIREITO PRIVADO (CIVIL E PROCESSUAL CIVIL)

86. Acerca da regulação dos direitos da personalidade no Código Civil, é correto afirmar que:

- A) os direitos da personalidade são intransmissíveis, irrenunciáveis e absolutos, não podendo sofrer restrições, mesmo as voluntárias;
- B) a tutela judicial dos direitos da personalidade cessa com a morte do titular;
- C) é válida, por motivo altruístico, a disposição gratuita de partes do próprio corpo para depois da morte;
- D) o pseudônimo não goza da mesma proteção conferida ao nome, salvo se utilizado como identificação por pessoa pública;
- E) a vida privada é inviolável e o juiz, de ofício, adotará as providências necessárias para impedir ou fazer cessar ato que viole essa regra.

87. Sobre as fundações, é correto dizer que:

- A) para criar uma fundação, é necessária a manifestação expressa da vontade do instituidor, por qualquer meio de prova lícito;
- B) a fundação poderá constituir-se para fins culturais ou de assistência, mas não para fins religiosos ou morais;
- C) o estatuto da fundação poderá ser elaborado pelo Ministério Público, em caso de inércia do instituidor;
- D) se uma fundação estender sua atividade por mais de um Estado, a atribuição do Ministério Público que por ela velará será fixada por prevenção;
- E) a alteração do estatuto de uma fundação depende de autorização judicial.

88. Sobre os negócios jurídicos, é correto afirmar que:

- A) os negócios jurídicos interpretam-se restritivamente;
- B) as condições que privarem de todo efeito o negócio jurídico são defesas;
- C) o termo inicial suspende a aquisição e o exercício do direito;
- D) o erro de cálculo invalida a declaração da vontade;
- E) o estado de perigo ocorre quando uma pessoa, sob premente necessidade, obriga-se a prestação desproporcional.

89. Sobre a prescrição, é INCORRETO afirmar que:

- A) a pretensão e a exceção prescrevem no mesmo prazo;
- B) ao contrário da decadência, os prazos da prescrição podem ser alterados por acordo das partes;
- C) a prescrição iniciada contra uma pessoa prossegue contra seu sucessor;
- D) ação de evicção pendente impede ou suspende a prescrição;
- E) a prescrição pode ser interrompida por qualquer interessado.

90. Sobre a decadência, é correto afirmar que:

- A) o prazo decadencial não se suspende, impede ou interrompe;
- B) deve o juiz, de ofício, conhecer da decadência legal e convencional;
- C) o prazo para pleitear a anulação do negócio jurídico é decadencial;
- D) é válida a renúncia à decadência fixada em lei;
- E) a instauração de inquérito civil pode ensejar a contagem em dobro de prazo decadencial.

91. Sobre a adoção, é INCORRETO afirmar que:

- A) a adoção produz seus efeitos a partir do trânsito em julgado da sentença, salvo quando nuncupativa;
- B) a guarda é revogável, mas a adoção é irrevogável;
- C) é possível a adoção conjunta por divorciados;
- D) a adoção terá lugar se não for possível a manutenção do adotando na família natural ou na extensa ou ampliada;
- E) o acesso ao processo de adoção não será deferido ao adotado, salvo quando atingir a maioria e houver anuência dos adotantes.

92. Em relação aos alimentos, é EQUIVOCADO dizer que:

- A) os alimentos gravídicos são fixados a partir de indícios de paternidade, sopesando-se necessidades e possibilidades;
- B) na falta de ascendentes e descendentes, a obrigação alimentar cabe aos irmãos germanos ou unilaterais;
- C) pode o credor renunciar o direito a alimentos decorrentes do poder familiar;
- D) os alimentos devidos por ato ilícito não ensejam prisão civil;
- E) em relação ao idoso, a obrigação alimentar é solidária, podendo o credor optar entre os prestadores.

93. Sobre o poder familiar, é correto afirmar que:

- A) a alienação parental é causa de destituição do poder familiar;
- B) o filho não reconhecido pelo pai fica sob o poder familiar exclusivo da mãe;
- C) o poder familiar será suspenso em caso de falta de recursos materiais para a criação dos filhos;
- D) o exercício da tutela decorre da plenitude do poder familiar;
- E) a morte dos adotantes restabelece o poder familiar dos pais naturais.

94. Sobre as pessoas casadas no processo, é INCORRETO afirmar que:
- A) em determinados casos, o casamento afeta a legitimidade processual dos cônjuges, embora sem lhes retirar a capacidade processual;
 - B) o regime legal de separação absoluta de bens dispensa a vênua conjugal;
 - C) o consentimento de um dos cônjuges poderá ser suprido judicialmente, de ofício, em caso de recusa inoportuna;
 - D) um cônjuge somente pode demandar em juízo sobre direito real imobiliário se o outro consentir;
 - E) nas ações possessórias imobiliárias, a participação do cônjuge do autor ou do réu somente é indispensável nos casos de composesse ou de ato por ambos praticados.
95. Sobre os direitos sucessórios, é correto dizer que:
- A) a sucessão testamentária abre-se no lugar em que foi lavrado o testamento, assim como este é o foro competente para as ações em que o espólio for réu;
 - B) havendo herdeiros necessários, é defeso elaborar testamento;
 - C) a exclusão da sucessão por indignidade transmite-se aos herdeiros do excluído;
 - D) são herdeiros necessários os descendentes, ascendentes, cônjuges e irmãos bilaterais;
 - E) é proibido o testamento conjuntivo, seja simultâneo, recíproco ou correspectivo.
96. O tema “relação de parentesco”, de acordo com os dispositivos do Código Civil, NÃO é corretamente retratado na seguinte alternativa:
- A) são impedidos de casar os irmãos, unilaterais ou bilaterais, e demais colaterais, até o terceiro grau inclusive;
 - B) o parentesco colateral ou transversal é verificado até o quarto grau;
 - C) a presunção legal de paternidade é ilidida pela confissão de adultério;
 - D) a contestação da paternidade pelo marido é imprescritível;
 - E) são ineficazes a condição e o termo apostos ao ato de reconhecimento de filho.
97. Duas ou mais pessoas NÃO podem litigar, no mesmo processo, em cumulação subjetiva de ações, ativa ou passivamente, quando:
- A) entre as causas houver conexão pelo objeto ou pela causa de pedir;
 - B) os direitos ou as obrigações derivarem do mesmo fundamento de fato ou de direito;
 - C) a relação jurídica assim o exigir, sob pena de a sentença ser ineficaz;
 - D) entre elas houver comunhão de direitos ou de obrigações relativamente à lide;
 - E) ocorrer afinidade de questões por um ponto comum de fato ou de direito.
98. Sobre a jurisdição voluntária, é correto afirmar que:
- A) assim como na contenciosa, o juiz é obrigado na jurisdição voluntária a observar a legalidade estrita;
 - B) o Ministério Público pode atuar como órgão interveniente na jurisdição voluntária, mas não como órgão agente;
 - C) o interditando não pode constituir advogado, devendo ser nomeado curador especial para sua defesa;
 - D) cessando as funções do tutor ou curador pelo decurso do prazo em que era obrigado a servir, ser-lhe-á lícito requerer a exoneração do encargo;
 - E) o tutor ou curador poderá eximir-se do encargo, apresentando escusa ao juiz a qualquer tempo.
99. É correto afirmar que o recurso de agravo:
- A) não é cabível contra decisão proferida em liquidação de sentença;
 - B) deve ser interposto, como regra geral, na modalidade por instrumento, salvo se houver risco de a decisão recorrida causar lesão grave ou de difícil reparação ao recorrente;
 - C) contra decisões interlocutórias proferidas na audiência de instrução e julgamento, em regra deve ser interposto na forma retida, oral e imediatamente;
 - D) terá o mérito julgado, caso admitido, ainda que o juiz tenha reformado a decisão recorrida;
 - E) na modalidade retida, será apreciado de ofício, em conjunto com o mérito da apelação.
100. Em relação ao processo coletivo, é correto afirmar que:
- A) o inquérito civil é imprescindível para o ajuizamento da ação civil pública;
 - B) o compromisso de ajustamento de conduta é um instrumento exclusivo do Ministério Público;
 - C) na ação civil pública, não há condenação em honorários advocatícios e custas judiciais;
 - D) na ação civil pública, a competência é absoluta e pode ser modificada por conexão;
 - E) a defesa dos direitos individuais homogêneos é vedada ao Ministério Público.

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

Nível Superior - Analista - Área Processual

ORIENTAÇÕES AO CANDIDATO

ATENÇÃO - Transcreva a frase a seguir para a área definida no seu Cartão de Respostas:

Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações.

1. Você está recebendo do Fiscal de Sala o Caderno de Questões e o Cartão de Respostas.
2. Confira o Caderno de Questões. Verifique se estão impressas as 100 questões de múltipla-escolha, cada uma com 5 (cinco) opções (A, B, C, D, E). Verifique ainda se a numeração das questões de múltipla-escolha estão distribuídas de acordo com o Edital:

01 a 35 - Língua Portuguesa, 36 a 40 - Noções de Informática; 41 a 100 - Conhecimentos Específicos.

3. Verifique em seguida seus dados no Cartão de Respostas: nome, número de inscrição, identidade e data de nascimento. Confira também a letra correspondente ao gabarito do Caderno de Questões (impresso no canto inferior à direita), com a letra do Cartão de Respostas. Qualquer irregularidade comunique de imediato ao Fiscal de Sala. Não serão aceitas reclamações posteriores.
4. A prova terá duração de 5 (cinco) horas improrrogáveis, incluindo o tempo para preenchimento do Cartão de Respostas. Será eliminado o candidato que não devolver o Caderno de Questões e o Cartão de Respostas dentro desse prazo.
5. Após identificado e instalado na sala, você **não** poderá consultar qualquer material, comunicar-se com outros candidatos ou qualquer pessoa estranha ao concurso. **Não** poderá utilizar equipamentos eletrônicos, especialmente os de recepção e ou transmissão de voz ou de dados, os quais deverão ser entregues à equipe de fiscalização para serem devolvidos após o término da prova.
6. Leia atentamente cada questão e assinale no Cartão de Respostas a alternativa que responde corretamente a cada uma delas. Este será o único documento válido para a correção eletrônica. O preenchimento do Cartão de Respostas e sua respectiva assinatura serão de inteira responsabilidade do candidato. Não haverá substituição do Cartão de Respostas por erro do candidato.
7. Observe as seguintes recomendações relativas ao Cartão de Respostas:

A maneira correta de marcação das respostas é cobrir, fortemente, com caneta esferográfica indelével de tinta azul ou preta, o espaço correspondente à letra a ser assinalada. Não será permitido o uso de líquido corretor ou de caneta fluorescente.

Qualquer outras forma de marcação, diferente da que foi determinada acima, implicará na rejeição do Cartão de Respostas.

Será atribuída nota zero às questões:

- não assinaladas, com falta de nitidez, com mais de uma alternativa assinalada;
 - emendadas, rasuradas ou com marcação incorreta.
8. O Fiscal de Sala não está autorizado a alterar qualquer destas instruções. Em caso de dúvida ou reclamação solicite a presença do Coordenador de Local.
 9. Você só poderá retirar-se definitivamente do recinto de realização das provas após 60 (sessenta) minutos contados do seu efetivo início.
 10. Por motivo de segurança durante a prova só é permitido fazer anotações no Caderno de Questões.
 11. O candidato somente poderá copiar seus assinalamentos feitos no Cartão de Respostas na área reservada para este fim, disponível na última página do Caderno de Questões. Somente esta parte poderá ser levada pelo candidato.
 12. Será eliminado do concurso o candidato que desrespeitar a equipe de fiscalização ou qualquer das normas estabelecidas pelo concurso.
 13. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato termine a prova.
 14. Ao terminar a prova, entregue ao Fiscal de Sala o Cartão de Respostas e o Caderno de Questões. Não é permitido ao candidato, em hipótese alguma, levar o Caderno de Questões.

ESPAÇO PARA MARCAÇÃO DAS SUAS RESPOSTAS

1		11		21		31		41		51		61		71		81		91	
2		12		22		32		42		52		62		72		82		92	
3		13		23		33		43		53		63		73		83		93	
4		14		24		34		44		54		64		74		84		94	
5		15		25		35		45		55		65		75		85		95	
6		16		26		36		46		56		66		76		86		96	
7		17		27		37		47		57		67		77		87		97	
8		18		28		38		48		58		68		78		88		98	
9		19		29		39		49		59		69		79		89		99	
10		20		30		40		50		60		70		80		90		100	

Gabarito - A